

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/10/2015 - Edição 1370

Em Audiência Pública, vigilantes destacam luta do piso nacional e jornada 12x36



CNTV, Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Sindicato dos Vigilantes de São Bernardo do Campo e outras entidades de trabalhadores se reuniram para debater a pauta dos vigilantes na Câmara Municipal de São Paulo

Na última sexta-feira (9) a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), o Sindicato dos Vigilantes de Barueri e demais entidades de base participaram de Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo, a convite da vereadora Juliana Cardoso, com o intuito de discutirem com o Legislativo interesses da categoria, que ainda não foram atendidos pelo patronal e são fundamentais para o avanço do segmento no estado de São Paulo. O secretário Geral da

CNTV, Cláudio José; o secretário de Transporte de Valores, Cícero Ferreira; e o secretário de Relações Internacionais, Adriano Linhares participaram do debate e também representaram a Confederação no evento.

Entre os temas discutidos no dia, destacaram-se a necessidade de modificação de alguns itens do Projeto de Lei 4238/2012, que será enviado ao Senado e institui o Estatuto da Segurança Privada, e a importância da luta pelo Piso

Nacional da categoria, que foi excluído do relatório final do PL.

“O Piso Nacional, seja ele de R\$ 3 mil ou, do Dieese, de R\$ 3.200, não é só uma questão numérica, mas uma questão de valorização profissional. Quanto vale a minha vida? Somos a linha de frente de diversos setores da economia desse país”, declarou, durante pronunciamento no plenário, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri e diretor de assuntos jurídicos da CNTV, Amaro Pereira.



Piso Nacional de R\$ 3 mil, jornada 12x36 e Estatuto da Segurança Privada estiveram na pauta da audiência

O debate sobre a regulamentação da jornada 12x36, que está contemplada dentro do PL, também ganhou força na Audiência, principalmente, em relação à conquista de um acordo com as empresas de vigilância para o pagamento das intrajornadas ou intervalos aos trabalhadores, que

está amparado pela Convenção Coletiva.

“A segurança privada não está em crise, já que é um dos segmentos que mais lucram com o suor do nosso trabalho. Então, não entendo esta manobra do patronal, que com apoio de algumas federações e sindicatos, vêm lutando pelo fim

desta jornada que faz a diferença no orçamento final de tantas famílias no país”, ressaltou Amaro Pereira.

Assembleia Geral

No final do encontro, o presidente do Sindicato de Barueri convidou todos os presentes para participarem de Assembleia Geral no dia 31 de outubro, a partir das 9 horas, na entidade, que vai aprovar a pauta de reivindicações para apresentá-la, consequentemente, ao patronal.

“Convido todos trabalhadores em geral, que desejam contribuir para o melhor futuro da segurança privada, para estarem presentes neste dia, para discutirmos um reajuste salarial digno, que não temos há mais de 10 anos, e avançarmos na aprovação de condições de trabalho satisfatórias, que vão reger o nosso dia a dia em 2016”, destacou ele.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Sindicato dos Vigilantes do DF tentam barrar demissões de vigilantes

O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal (Sindesv-DF), representado pelo presidente da entidade e secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Jervalino Bispo, juntamente com o secretário de Assuntos Parlamentares da CNTV e deputado distrital, Chico Vigilante, vem cobrando do governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, a proteção ao emprego dos vigilantes que prestam serviço na educação e saúde. Na tarde de quinta e sexta-feira (8 e 9), os representantes dos trabalhadores se reuniram com Rollemberg, o secretário de Fazenda do DF, Pedro Meneguetti, e empresários para debater o assunto.

A reunião ocorreu em resposta à pressão do Sindesv-DF e de Chico Vigilante quanto à intenção do GDF reduzir em até 25% os contratos de segurança privada na saúde e 20% na educação. “Esta medida absurda faz com que cerca de 1.500 vigilantes sejam demitidos”, disse Chico.

Além do desemprego há também a preocupação com os trabalhadores que estão perto de se aposentarem. “Com essa medida, terão suas aposentadores prejudicadas”, alertou Chico Vigilante. “Isso sem contar escolas e hospitais, onde os vigilantes são indispensáveis. É segurança para a comunidade escolar e para os usuários do sistema de saúde”, completou.

Decisão adiada

Mesmo com a intenção de realizar os cortes imediatamente, o GDF cedeu à pressão e adiou por 30 dias a ação. Agora, a mobilização dos trabalhadores é fundamental para denunciar a maldade desta medida.

“Mesmo sendo uma vitória, ainda é pouco, pois os empregos correm risco. Queremos garantia dos empregos e investimento na segurança das pessoas”, afirmou Jervalino.

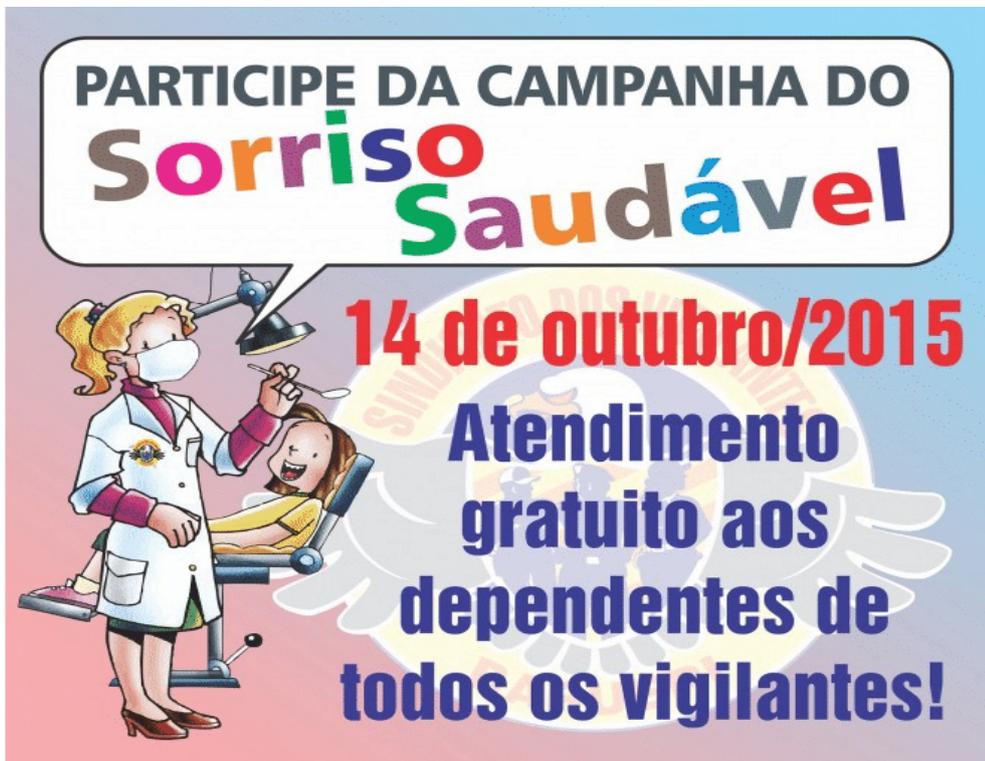
Fonte: CNTV com assessoria Chico Vigilante

Sindicato dos Vigilantes de Barueri realiza Campanha do Sorriso Saudável para as crianças

No dia 14 de outubro, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri oferecerá atendimento odontológico gratuito para crianças entre 6 meses e 12 anos.

Traga seu filho e usufrua dos seguintes serviços: limpeza, aplicação de flúor, avaliação, check-up odontológico preventivo, orientações para cuidar do sorriso e saúde bucal.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri



PARTICIPE DA CAMPANHA DO
Sorriso Saudável

14 de outubro/2015

Atendimento gratuito aos dependentes de todos os vigilantes!

Greve dos bancários ganha apoio internacional

A greve dos bancários que mobiliza todo o Brasil já começou a chamar atenção no exterior. Uma prova disso é o apoio de algumas entidades internacionais parceiras que começaram a chegar para a Contraf-CUT.

Para Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT, o movimento repercutiu e os sindicatos de outros países responderam rapidamente com apoio. “É muito importante este acompanhamento e os sindicatos seguem atentamente estas nossas negociações antevendo as suas campanhas. Muitos dos

bancos com os quais estamos negociando atuam nos países dos sindicatos que nos apoiam. Unidade internacional contra a exploração! Isto anima a nossa luta”, garantiu.

Entre elas, estão Communications Workers of America (CWA), Unión Nacional de Empleados Bancários da Colômbia (Uneb), Confederación de Sindicatos Bancarios y Afines do Chile, Federación de Trabajadores y Trabajadoras del Sector Banca, Finanzas y Afines del Perú (FetBanf), Sindicato Unitario de Trabajadores del Banco de la Nación (Subtan) e Asociacion Bancaria da Argentina.

Roberto lembra que a Contraf-CUT é afiliada a Uni Global Union e ocupa a vice-presidência da Uni finanzas Américas. “Está atuação internacional tem sido importante para rastrear a atuação dos bancos internacionalmente e buscar cooperação para uma ação unificada nos momentos em que eles atacarem os direitos de trabalhadores em qualquer país. Ou seja, podem haver manifestações de apoio nas agências de um banco num país diferente daquele onde ele explorou trabalhadores”, explicou.

Fonte: Contraf-CUT

Os trabalhadores sob o fogo do dragão



Os trabalhadores sob o fogo do dragão - FOLHA de São Paulo e Brasil 247

Os olhos da sociedade estão exclusivamente voltados para as crises política e econômica do país. Isso é mais do que necessário para o aprimoramento da democracia. A sociedade não pode se calar e ficar acomodada vendo a banda passar. Também pudera: inflação em alta, aumento do custo de vida, desemprego crescente, ajuste fiscal, escândalos e mais escândalos envolvendo variados matizes partidários e setores empresariais.

Apesar disso, chamo a atenção para uma meticulosa orquestração que está em curso, conduzida por grupos no Congresso Nacional, que tem por objetivo liquidar a nossa legislação trabalhista e social. A situação se agravou ainda mais após as últimas eleições, com a redução do número de senadores e deputados federais compromissada dos com essas causas.

O resultado está sendo terrível: perda de força, mobilidade e ação. Os conservadores, por sua vez, tomaram quase totalmente o campo de batalha. Isso vem sendo traduzido nos projetos que estão sendo apresentados ou reavivados das gavetas do Legislativo.

Recentemente, a Comissão Mista

da Medida Provisória nº 680/15, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), aprovou uma emenda de autoria do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), que na prática revoga a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Direitos assegurados na lei, como carteira assinada, 13º salário, horas extras, vale-transporte, auxílio-alimentação, seguro-desemprego, adicionais, fundo de garantia, férias, jornada de trabalho, direitos das domésticas e outros direitos ficam vulneráveis, correndo o risco de serem extintos.

Muito grave também foi a forma como aprovaram a emenda: sem debate algum. Uma espécie de reforma trabalhista empurrada goela abaixo.

Durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado foi aventado que o governo federal teria interesse que a emenda à MP 680 fosse aprovada. Não acredito nisso. Recuso-me a crer em tal cretinice. O próprio ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, me garantiu que é um absurdo achar que o Executivo está por trás dessa proposta.

Nesta mesma esteira encontra-se o projeto de lei nº 30/2015, da

Câmara dos Deputados, que trata da terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade-fim.

Essa proposta enfraquecerá o sistema de negociação coletiva e o controle judicial. Ela já foi aprovada na Câmara e atualmente tramita na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil), sob minha relatoria.

É importante destacar o que diz o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho sobre a terceirização: em cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem em empresas terceirizadas. De cada cinco mortes em ambiente de trabalho, quatro se dão em empresas assim.

O levantamento das centrais sindicais, por sua vez, mostra que o salário nessas empresas é 30% inferior ao normal. Os terceirizados trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média. Temos ainda o projeto de lei nº 450/2015, que cria o Simples Trabalhista, e o projeto de lei nº 1463/11 que instituiu um novo Código do Trabalho.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado está promovendo um movimento de mobilização nacional por meio de debates em Brasília e audiências públicas nas Assembleias Legislativas dos Estados, chamando a atenção para o verdadeiro crime de lesa-pátria que está sendo articulado contra os brasileiros.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho também está esclarecendo a população, reafirmando que essa orquestração afronta a Constituição. Portanto só há uma forma de barrar o fogo do dragão: a mobilização da população nas ruas, dos estudantes e dos movimentos sindical e social. Se for preciso, vamos parar o Brasil.

Senador Paulo Paim (PT/RS).

Fonte: FOLHA de São Paulo e Brasil 247

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Prícilla Beine Abdelaziz

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF